

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Heloísa Helena defende investigação ampla

CPMI da oposição faz petistas apoiarem a da esquerda

Bastou o deputado bolsonarista Carlos Jordy (PL-RJ) protocolar seu pedido para instalar uma CPMI sobre o caso do Banco Master para o PT tratar de apoiar uma outra investigação, pedida por outros partidos de esquerda.

Até as 17h de ontem, apenas nove petistas haviam assinado o requerimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito redigido por Heloísa Helena (Rede-RJ) e Fernanda Melchiona (Psol-RS). Em pouco mais de duas horas, o número pulou para 27.

Apoiar a iniciativa das parlamentares era uma das duas alternativas para o Planalto; a outra era ficar na dependência do presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP).

Liberou geral

A realização de uma sessão do Congresso é necessária para que o requerimento de instalação da CPI seja lido. E a convocação da sessão depende de Alcolumbre — pelo visto, o governo não quer ficar ainda mais na mão do presidente do Senado.

No embalo das assinaturas de fim de tarde entraram, entre outros parlamentares importantes do PT, o líder da legenda na Câmara, Lindbergh Farias (RJ).

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Carlos Jordy, autor de pedido protocolado de CPMI

Oposição foca em Moraes

A opção pela CPMI pedida pela esquerda se justifica pelos seus objetivos da que foi protocolada pela oposição, mais focada no Supremo Tribunal Federal e no governo.

O pedido de assinaturas feito por Jordy cita que haveria investigação especialmente “no que se refere às possíveis influências exercidas por Alexandre de Moraes”

Ontem, o deputado citou também a necessidade de apurar a atuação do ministro Dias Toffoli (também do STF), do presidente Lula e de seu ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski.

Amplitude

O requerimento da criação da CPMI da Rede e do Psol fala em apurar possíveis vínculos do Master com agentes públicos, mas tem um escopo mais amplo.

Cita a necessidade de esclarecer a estrutura do banco, a origem dos recursos movimentados, a eventual prática de crimes financeiros como lavagem de dinheiro e evasão de divisas e a atuação de órgãos de regulação.

Muralha

Heloísa Helena disse ao Correio Bastidores ser preciso que a esquerda se mobilize também para investigar o caso. Para ela, foi erguida uma muralha de protecionismo em torno do caso, que indica a existência de “banditismo político”. “Não queremos apenas investigar o Alexandre de Moraes”, afirmou.

Sem fila

Segundo Helena, integrantes do PT usavam o fato de terem apoiado a criação de uma CPI na Câmara para não assinarem o requerimento proposto por ela e Melchiona. O problema, frisou, é que a abertura de uma CPMI é mais simples, já que não precisa entrar na fila existente na Câmara e no Senado.

Falta apoio

De acordo com ela, o número mínimo de assinaturas foi obtido no Senado, o problema é na Câmara — com as novas adesões, o número de apoios passou para 74, mas são necessários 171. Apenas dois deputados do PL, entre eles, Jordy, haviam formalizado seu respaldo; no Senado, a apoio do partido foi maior.

Obstáculos

Ainda que seja especialista em protelar decisões, Alcolumbre enfrentaria um problema sério caso decida jogar muito para frente a realização de uma sessão do Congresso e adiar, assim, a criação de CPMI. Da convocação depende o exame do veto de Lula ao projeto de lei que facilita a vida de condenados por golpismo.

Mortos e feridos

O impasse tem origem política e, ao mesmo tempo, criminal. Integrantes do governo e da oposição sabem que sairão feridos caso as investigações sejam aprofundadas. A questão é saber quem vai ser ferido de morte. O dilema é parecido com o da CPMI do INSS, mas o caso Master pega mais gente poderosa.

Força

Líder da oposição no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ) elogiou a fala do presidente do STF, Edson Fachin, na reabertura dos trabalhos do Judiciário. Para ele, o diagnóstico é correto — o ministro falou em corrupção, ética, crise institucional. “A questão é saber se ele terá força para botar ordem na casa”, ressalva.



Maria Elizabeth: julgamento é inédito em vários aspectos

STM julga perda de patente de Bolsonaro

Tribunal começa a analisar a situação dos militares

Por Gabriela Gallo

Após serem condenados pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), cabe agora ao Superior Tribunal Militar (STM) julgar se os réus militares do núcleo crucial do plano de tentativa de golpe de Estado irão perder, ou não, suas respectivas patentes militares.

Nesta terça-feira (3), o STM recebeu a denúncia do Ministério Público Militar (MPM) que determina a perda do posto e da patente do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), capitão da reserva do Exército, e outros militares. Esta será a primeira vez que a Corte julga representações que avaliam a perda (ou não) de patentes contra generais. Além disso, também é a primeira vez que o STM terá que julgar um processo de tentativa de golpe de Estado.

Em entrevista coletiva nesta terça-feira, a ministra presidente do STM, Maria Elizabeth Rocha, confirmou que cada processo foi encaminhado a um relator do tribunal. Os relatores foram selecionados por meio de sorteio eletrônico. Ela destacou que dará celeridade nos julgamentos que serão avaliados individualmente.

Para a imprensa, a presidente da Corte destacou que, com os relatores definidos, cabe aguardar as análises dos relatores. Assim como qualquer julgamento, os réus serão notificados do processo e terão um tempo para apresentarem sua defesa. Finalizado

o processo, os relatores definirão seus votos.

“Assim que os votos estiverem prontos, eu pautarei imediatamente o julgamento. Não pretendo procrastinar em momento algum um julgamento de questões tão relevantes que estão sendo submetidas à apreciação desta Corte. A questão é que não existe um prazo processual para que relator e revisor façam os seus votos. O que existe é um prazo regimental para pedido de vista, que são 60 dias. Então, eu fico condicionada à elaboração dos votos dos relatores e dos revisores”, destacou Maria Elizabeth.

O julgamento no STM não mudará o que foi definido pelo STF, tampouco alterará a dosimetria das penas dos condenados. O que o julgamento definirá, na prática, é se a conduta com a qual os réus foram condenados é compatível, ou não, com o exercício do oficialato. Porém, uma consequência direta, caso o resultado seja a perda das patentes dos réus, é que eles deixaram de receber salário e demais benefícios previstos no Estatuto dos Militares.

Além disso, uma vez que os militares percam suas posições e passem a ser considerados cidadãos comuns, eles podem ser realocados para cumprir a pena em presídios comuns. No caso, será o ministro Alexandre de Moraes quem decidirá para onde os réus serão reconduzidos. “Tudo está sendo muito inédito nesse processo”, disse Maria Elizabeth.